

Rio

## Guarda Municipal vai usar 'arma de fogo'

A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro aprovou, na terça-feira passada, a criação de um grupo especial na Guarda Municipal que terá permissão para usar arma de fogo. A chamada Divisão de Eli-

te será composta prioritariamente por guardas municipais, mas estará aberta também a ex-militares das forças armadas. A remuneração prevista é de R\$ 13 mil. Também será permitida a contratação de agentes

da nova divisão por tempo determinado de um ano, prazo que poderá ser prorrogado por até cinco vezes. O projeto de lei complementar 13/2025 foi aprovado com 34 votos favoráveis e 14 contrários. **PÁGINA 6**

CONGRESSO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



## Randolfe apoia elevar taxa de bets e debater CSLL

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (foto), defendeu ontem, o aumento da taxa de bets como uma das alternativas para se ter uma alta menor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). "É razoável aumentar a tributação sobre as bets, que tem, inclusive, trazido para os brasileiros uma gravíssima epidemia. Esse tipo de atividade tem que ser taxada em tributo seletivo, assim como o cigarro, as bebidas, porque são nocivos à saúde. Mais do que algum ajuste tributário, é um ajuste de justiça e proteção à saúde", afirmou Randolfe no Senado. Segundo o senador, a medida provisória está na fase de ajustes finais. Uma das propostas aventadas pelo governo é aumentar de 12% para 18% a tributação das casas de apostas. Randolfe também defendeu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **PÁGINA 2**

IBGE

## Produção da indústria recua em nove locais pesquisados

De março para abril deste ano, a produção industrial caiu em nove dos 15 locais estudados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgada ontem, no Rio de Janeiro, as maiores quedas foram observadas no Ceará (-3,9%) e Espírito Santo (-3,5%). Também apresentaram resultados negativos os estados do Rio de Janeiro (-1,9%), São Paulo (-1,7%), Mato Grosso (-1,4%), Amazonas (-1,3%),

Pará (-0,8%), Minas Gerais (-0,3%) e Paraná (-0,1%). Paralelamente, seis locais tiveram aumento na produção e garantiram que a indústria nacional tivesse um crescimento de 0,1% no período. O destaque foi Pernambuco, que cresceu 31,3%. Outros estados com alta foram Goiás (4,6%), Bahia (0,5%), Rio Grande do Sul (0,1%) e Santa Catarina (0,1%). A Região Nordeste, única que é pesquisada de forma conjunta pelo IBGE, apresentou avanço de 7,2% na produção. **PÁGINA 2**

FAKE NEWS

WIKIPÉDIA



## Supremo forma maioria para responsabilizar redes sociais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para responsabilizar as redes sociais por conteúdos ilícitos e ofensivos publicados pelos usuários. Até o momento, seis ministros votaram para declarar, parcial ou totalmente, a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet. Esse dispositivo isenta as empresas de responder civilmente por danos causados por postagens, a não ser que descumpram uma ordem judicial de remoção. O voto que formou maioria foi do ministro Gilmar Mendes (foto). Ele defendeu que o artigo 19 está "ultrapassado" e é insuficiente para lidar com os crimes no ambiente digital. "Sem uma intervenção regulatória que altere os incentivos econômicos, iniciativas pontuais de moderação de conteúdo mostrar-se-ão estruturalmente insuficientes para mitigar os danos sistêmicos à democracia", afirmou. O ministro acrescentou: "Da forma como redigido hoje, o Marco Civil da Internet representou um véu para a irresponsabilidade das plataformas digitais. Mesmo que sejam informadas da ocorrência de crimes, elas não podem ser responsabilizadas por danos gerados por manter esse conteúdo no ar, a não ser em caso de ordem judicial". **PÁGINA 5**

FUGA PARA CID

## Ex-ministro 'sanfoneiro' de Bolsonaro é investigado

PÁGINA 5

MARÇO

## Comércio paulista fecha 3 mil vagas

O saldo de empregos no comércio no estado de São Paulo registrou déficit no mês de março, com a diminuição de 3.313 vagas de trabalho, segundo dados divulgados ontem pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP). Foram contabilizadas 149.357 demissões e 146.044 admissões, resultado influenciado principalmente pelo desempenho do varejo. No mesmo mês de 2024, o setor havia registrado superávit de 8.447 vagas. "A queda

no consumo, os juros elevados, o aumento na inadimplência e a menor confiança em relação à economia foram os principais fatores que influenciaram esse resultado", destacou a FecomércioSP. Segundo a federação, o mercado de trabalho pode estar antecipando uma desaceleração econômica, ainda que os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e das vendas não reflitam esse movimento. Já o setor de serviços fechou o mês de março com superávit de 20.301 postos de trabalho.

### INDICADORES

IBOVESPA 0,51% / 137.128,04 / 691,97 / Volume: 21.698.306.231 / Negócios: 3.299.208				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo	
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Taxa Selic		Compra: 6,4384	Venda: 6,6184
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(07/05)	DÓLAR Ptax - BC	
B3 ON NM	13,24	+0,76	+0,10	NORDON MET ON	7,35	+13,08	+0,85	GOL PN N2	0,79	-26,17	-0,28
PETROBRAS PN EDJ N2	31,05	+3,33	+1,00	SEQUOIA LOG ON NM	1,900	+9,20	+0,160	DTCOM.DIRECTON	3,11	-22,25	-0,89
ITAU SA PN EJ N1	10,80	+0,93	+0,10	BARDELLA ON	9,00	+8,43	+0,70	INFRACOMM ON NM	0,060	-14,29	-0,010
BRADESCO PN EJ N1	16,32	+3,10	+0,49	SANTANENSE PN	2,50	+8,23	+0,19	TREVISIA PN	5,31	-11,35	-0,68
COGNA ON ON NM	2,96	-1,99	-0,06	PINE PN N2	5,62	+8,08	+0,42	BIOMM ON ES MA	8,00	-8,26	-0,72
								Dow Jones	42.865,77	+0,00	
								S&P 500	6.022,24	-0,27	
								NASDAQ Composite	19.615,876	-0,50	
								Nasdaq 100	21.860,801	-0,37	
								Euronext 100	1.594,11	-0,22	
								CAC 40	7.775,9	-0,36	
								Ufir-RJ	R\$ 4,5373		
								Taxa Selic	14,75%		
								TR	0,1754%		
								Poupança	0,6763%		
								IPCA-15	0,36% (mai.)		
								CDI	14,65%		
								Ouro	R\$ 602,40		
								BM&F/grama/RJ			
								EURO Comercial	Compra: 6,3588	Venda: 6,3594	
								DÓLAR comercial	Compra: 5,5375	Venda: 5,5381	
								DÓLAR turismo	Compra: 5,5684	Venda: 5,7484	

**MERCADOS**

## Bolsa emenda segunda alta seguida e retoma nível dos 137 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) firmou alta na etapa vespertina e retomou em fechamento o nível de 137 mil pontos, amparado no período da tarde pelo bom desempenho das ações de bancos - como Santander (+4,65%), Bradesco (ON +2,70%, PN +3,1%) e Itaú (+0,92%), exceção para Banco do Brasil (ON -0,65%, mínima do dia no fechamento) - e também de Petrobras (ON +2,93%, PN +3,33%), em dia de forte avanço para os preços do petróleo em Londres e Nova York, com alta superior a 4% em ambos encerramentos.

No fechamento, em segundo dia de recuperação, o Índice Bovespa (Ibovespa) mostra ganho de 0,51%, aos 137.128,04 pontos, entre mínima de 135.627,75 e máxima de 137.530,69 pontos, saindo de abertura aos 136.443,36 pontos. O giro financeiro ficou em R\$ 21,6 bilhões na B3. Na semana, o Ibovespa avançou 0,75% e, no mês, oscila levemente ao positivo (+0,07%). No ano, o índice acumula ganho de 14%.

Por outro lado, o setor metálico foi mal na sessão, com Vale em queda de 0,88%, e destaque negativo para Gerdau (-3,68%) e Metalúrgica Gerdau (-3,92%) com a reversão do 'trade' relacionado a tarifas, após sinais iniciais de progresso nas negociações entre Estados Unidos e China.

Na ponta ganhadora do

Ibovespa, além de ações de empresas do segmento, como a própria Petrobras, Brava (+3,03%) e PetroReconcavo (+2,7%), destaca também nesta quarta-feira para Santander, TIM (+3,51%) e Bradesco. No lado oposto, logo depois dos papéis de Gerdau, vieram IRB (-3,34%), Braskem (-3,07%) e CVC (também -3,07%).

**DÓLAR**

O dólar apresentou queda firme no mercado local ontem, acompanhando a onda de desvalorização da moeda norte-americana no exterior, após leitura benigna de inflação ao consumidor nos EUA reforçar apostas em cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) ainda neste ano. Houve também melhora pontual do apetite ao risco na esteira de anúncio de acordo comercial preliminar entre americanos e chineses, com a prorrogação do congelamento das chamadas tarifas recíprocas.

Com mínima a R\$ 5,5222 no início da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 0,59%, a R\$ 5,5376, no menor nível de fechamento desde oitavo de outubro (R\$ 5,5328). A divisa já apresenta desvalorização de 3,18% nos oito primeiros pregões em junho. No ano, o dólar acumula perdas de 10,40% em relação ao real, que tem o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas.

**ALTERNATIVAS**

## Randolfe apoia elevar taxa de bets e debate sobre CSLL

NAOMI MATSUI/AE

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) (foto), defendeu ontem, o aumento da taxa de bets como uma das alternativas para se ter uma alta menor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"É razoável aumentar a tributação sobre as bets, que tem, inclusive, trazido para os brasileiros uma gravíssima epidemia. Esse tipo de atividade tem que ser taxada em tributo seletivo, assim como o cigarro, as bebidas, porque são nocivos à saúde. Mais do que algum ajuste tributário, é um ajuste de justiça e proteção à saúde", afirmou Randolfe no Senado.

Segundo o senador, a medida provisória está na fase de ajustes finais. Uma das propostas aventadas pelo governo é aumentar de 12% para 18% a tributação das casas de apostas.

**'LUCROS DOS BANCOS'**

Randolfe também defendeu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como forma de aliviar a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"Não é justo a média dos brasileiros ter uma tributação de 26% e nós termos uma tributação menor de CSLL para



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

as grandes instituições financeiras", afirmou Randolfe no Senado.

Segundo ele, é necessário que as classes mais altas contribuam mais. "Nossos bancos têm tido recordes constantes de lucro. É razoável apresentar uma proposta que melhore a tributação. Temos um condomínio no Brasil. Propomos que o andar de cima pague um pouco mais para sustentar esse condomínio", declarou.

O aumento da CSLL é uma das medidas propostas pelo governo como alternativa à elevação do IOF. Também fazem parte do pacote pretendido o aumento da taxa de bets e um corte em benefícios fiscais.

**IBGE**

# Produção da indústria recua em nove locais pesquisados

VITOR ABDALA/ABRASIL

De março para abril deste ano, a produção industrial caiu em nove dos 15 locais estudados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgada ontem, no Rio de Janeiro, as maiores quedas foram observadas no Ceará (-3,9%) e Espírito Santo (-3,5%).

Também apresentaram resultados negativos os estados do Rio de Janeiro (-1,9%), São Paulo (-1,7%), Mato Grosso (-1,4%), Amazonas (-1,3%), Pará

(-0,8%), Minas Gerais (-0,3%) e Paraná (-0,1%).

Paralelamente, seis locais tiveram aumento na produção e garantiram que a indústria nacional tivesse um crescimento de 0,1% no período. O destaque foi Pernambuco, que cresceu 31,3%.

Outros estados com alta foram Goiás (4,6%), Bahia (0,5%), Rio Grande do Sul (0,1%) e Santa Catarina (0,1%). A Região Nordeste, única que é pesquisada de forma conjunta pelo IBGE, apresentou avanço de 7,2% na produção.

**OUTRAS COMPARAÇÕES**

Nos demais tipos de comparação, ou seja, em relação ao

mesmo mês do ano passado, no acumulado do ano e no acumulado em 12 meses, o IBGE também analisa as indústrias do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Maranhão. São, portanto, 18 locais analisados.

Em relação a abril de 2024, 11 de 18 locais apresentaram queda, assim como a média nacional de -0,3%. Os principais rebaixamentos ocorreram do Rio Grande do Norte (-12,9%), Mato Grosso do Sul (-9%), Rio Grande do Sul (-7,1%), São Paulo (-5,3%) e Ceará (-5,3%). Sete locais tiveram alta, com destaque para o Pará (27,3%).

No acumulado do ano, ape-

sar da alta de 1,4% da indústria nacional, dez locais apresentaram recuo, entre eles Rio Grande do Norte (-18,2%) e Pernambuco (-15,9%). Oito tiveram crescimento, sendo que o Pará, mais uma vez, apresentou o melhor desempenho (10%).

Já no acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial avançou 2,4%, com taxas positivas em doze dos 18 locais analisados, com destaque para o Pará (9%), Santa Catarina (7,4%) e Paraná (5,6%). Dos seis locais em queda, os resultados mais expressivos foram observados no Rio Grande do Norte (-6,6%) e no Espírito Santo (-5,2%).

**IVS**

## Vendas no varejo registram leve queda de 0,1% de abril para maio

JÚLIA PESTANA/AE

As vendas do comércio brasileiro caíram 0,1% em maio ante abril, segundo o Índice do Varejo Stone (IVS). No comparativo anual, houve uma queda de 0,5%, indicando um cenário de estabilidade em meio a sinais de recuperação econômica.

Apesar de haver indícios de melhora do cenário econômico, como a queda na taxa de desemprego e a geração de empregos formais acima do esperado, o

cientista de dados e pesquisador da Stone, Matheus Calvelli, pondera que outros fatores como o comprometimento elevado da renda das famílias e a alta inflação permanecem como desafios estruturais. "Embora a inflação tenha vindo abaixo das expectativas no último mês, ainda está em um patamar alto", diz Calvelli.

Na comparação mensal, o comércio digital registrou queda de 3,1%, enquanto o comércio físico teve alta de 0,5% no mês. O mesmo desempenho foi visto ao

comparar com maio do ano passado, com o e-commerce apresentando queda (0,8%), e o físico mantendo alta (0,4%).

Em termos de segmentos, cinco dos oito analisados tiveram alta mensal. O setor de Hipermercados e Produtos Alimentícios liderou os resultados positivos com crescimento de 1,5%, seguido por Móveis e Eletrodomésticos (0,7%), Artigos Farmacêuticos e Tecidos, Vestuário e Calçados (0,6%) e outros artigos de Uso Pessoal e Do-

méstico (0,5%).

Os setores que tiveram contração nas vendas foram o de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (2%), Combustíveis e Lubrificantes (1,5%) e Material de Construção (0,7%).

No recorte regional, 18 estados brasileiros apresentaram resultados positivos no comparativo anual, com destaque para o Amapá (6,9%) e o Acre (6,3%). Por outro lado, o Mato Grosso do Sul teve a maior queda, de 3,8%.

**ALTA DO IOF**

## Fim de isenção a títulos privados não prejudicará produtor, diz Haddad

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O fim da isenção de Imposto de Renda a títulos privados e a determinados fundos não prejudicará o produtor, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto). Em audiência conjunta das Comissões de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o ministro afirmou que a medida, que integra o pacote para compensar a alta no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), corrigirá distorções no mercado financeiro.

"Quando a gente fala de reduzir um pouco o benefício fiscal de título isento é porque estamos com uma Selic de quase 15% ao ano. Nem o Tesouro Nacional está conseguindo concorrer com esses títulos privados. Isso não é demonizar a construção civil. Talvez esse governo seja o maior amigo da construção civil. Meta da construção civil depende do Minha Casa, Minha Vida, que tinha acabado (no governo anterior)", declarou o ministro.

Conforme a medida provisória que deve ser publicada ainda esta semana, a isenção de Imposto de Renda (IR) sobre as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito ao Agronegócio (LCA), fundos imobiliários e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) deixará de existir a par-

tir de 2026. Pela proposta, esses investimentos pagarão 5% de Imposto de Renda (IR).

Haddad ressaltou que a maior parte dos benefícios da isenção do IR não fica com os produtores.

"Esses benefícios fiscais não vão para o produtor, 60% a 70% ficam no meio do caminho, com o detentor do título ou o sistema bancário. Não fica com o produtor. A gente está vendo essas distorções e procurando corrigir", disse o ministro.

O ministro negou que a correção de distorções signifique alta de imposto. "Isso não é aumento de tributo. É correção de distorção. São R\$ 41 bilhões de renúncia fiscal nos títulos isentos. É mais que o seguro de desemprego inteiro. São três [programas] Farmácia Popular. Do que estamos falando? É do tamanho do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]", declarou.

**AGRONEGÓCIO**

Haddad também negou que o agronegócio será prejudicado e ressaltou que o atual governo beneficia o setor com R\$ 158 bilhões de renúncias fiscais e com Planos Safra recorde.

"No caso do agro, o governo está prejudicando? Nós fizemos o maior Plano Safra do Brasil pelo segundo ano consecutivo. E a renúncia fiscal do agro é de R\$



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

158 bilhões. Vamos negar que estamos patrocinando o agro brasileiro? Sou orgulhoso da agricultura brasileira", declarou.

**IMPACTO**

Assim como na reforma do Imposto de Renda em tramitação no Congresso, Haddad as medidas para compensar a alta do IOF se concentrarão nos mais ricos e atingirão uma parcela ínfima da população. Segundo o ministro, a aprovação do pacote ajudará a cumprir as metas do arcabouço fiscal, trazendo mais crescimento no médio prazo.

"Só 0,8% da população está afetada por todas as medidas de equilíbrio fiscal e redução da renúncia tributária. Em benefício do quê? Mais crescimento, menos taxa de juros, mais emprego, mais igualdade. Isso vai permitir mais espaço para investimento", declarou.

**DIÁLOGO**

Ao lembrar a atuação do Congresso na aprovação e na regulamentação da reforma tributária, Haddad disse que o governo está aberto a discussões.

"Compartilho das preocupações porque são corretas. As partes têm que caber no todo e, para isso acontecer, temos que ir para a mesa e saber o que politicamente o Congresso está disposto a enfrentar, como fizemos na reforma tributária. Demos suporte para o Congresso avançar, e ele avançou", destacou.

O ministro lembrou que o governo precisa atuar tanto do lado das receitas como das despesas para garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal. Haddad ressaltou que, apesar de medidas de revisão de renúncias fiscais aprovadas em 2023, as receitas da União continuam estáveis em relação a 2022, rechaçando a alegação de que o governo está elevando a carga tributária.

"A receita líquida federal em 2024 foi 18,4% do PIB [Produto Interno Bruto]. Em 2022, também foi 18,4%. Se nós fizemos essas curvas de receitas e despesas cruzarem novamente para abrir espaço para um superávit primário que pode ser construído com o tempo, garantimos a meta fiscal do ano que vem. Será o primeiro superávit primário estrutural em muito tempo", declarou.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE



**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª (Octogésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 01 de julho de 2025, às 17:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de ser realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário para VÓRTIX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, Instituição Financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário no-meio nos termos gerais; (ii) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (iii) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização**SÃO BERNARDO**

# SP amplia oferta de água e de obras de tratamento de esgoto

O Governo de São Paulo, por meio da Sabesp, entregou, ontem, a ampliação da estação de tratamento de água (ETA) Rio Grande, em São Bernardo do Campo. A unidade passa agora a produzir 400 litros de água por segundo a mais, o suficiente para abastecer 120 mil pessoas. Além disso, cinco grandes obras de coleta e tratamento de esgoto tiveram início no município, como parte do programa IntegraTietê. Além de saneamento para a cidade, as obras vão contribuir para a melhoria da qualidade dos rios e córregos da região. Juntos, os investimentos superam R\$ 320 milhões. Na ocasião, o governador Tarcísio de Freitas também visitou as obras do Piscinão Jaboticabal, no limite entre São Bernardo, São Caetano do Sul e a capital.

Localizada no km 26,5 da Rodovia Anchieta, a ETA Rio Grande é responsável por tratar a água bruta captada na região. Com mais de R\$ 80 milhões de investimento, a estação teve seus equipamentos reformados e modernizados, o que aumentou a produção de 5.000 para 5.400 litros por segundo. As melhorias incluem a reforma dos filtros, do decantador/flotador e do sistema de água de reúso. Foram realizadas ainda melhorias no tanque de lodo existente e a construção de um novo.

"Esta é uma entrega super relevante que também é evidência de que nosso programa de universalização do saneamento básico está caminhando a passos largos. Temos aqui a ampliação e modernização da ETA Rio Grande, com filtros reconicionados, repotencializados, e com tecnologia nova para ganharmos capacidade para filtrar mais 400 litros por segundo,

isso significa a capacidade de atender mais 120 mil pessoas", afirmou o governador Tarcísio de Freitas. A ETA Rio Grande abastece São Bernardo e também parte de Diadema e de Santo André, e tem capacidade de fornecimento de água para parte da zona sul de São Paulo. O aumento na capacidade de produção assegura maior oferta de água para as residências, comércios e indústrias do Grande ABC, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

**ESGOTO**

As cinco obras de coleta e tratamento de esgoto em São Bernardo somam investimentos de R\$ 240 milhões, beneficiando os bairros como Baeta Neves, Centro, Demarchi, Ferrazópolis, Montanhão, Paulicéia, Rudge Ramos, Taboão e Vila Caminho do Mar. A Companhia fará a instalação de tubulações e bombas que vão captar o esgoto dos imóveis da região e transportá-lo por quilômetros até as estações de tratamento, permitindo que o material seja despoluído e depois devolvido à natureza.

"São quase 50 km de tubulações que vão atender 100 mil residências, levando esgotamento sanitário a quase 300 mil pessoas. Tem muito investimento até 2029. É um trabalho que tem continuidade e vamos sentir o efeito disso todos os dias, com mais resiliência hídrica, menos intermitência e menos regiões com pressão negativa, além da diminuição de carga orgânica nos rios Tietê e Pinheiros. É um trabalho consistente que vamos ver se materializar ao longo do tempo", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Presente ao evento, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrut-

tura e Logística, Natália Resende, ressaltou que esta entrega representa um marco fundamental para a sustentabilidade e a qualidade de vida na região do Grande ABC. "Mais do que ampliar a oferta de água e iniciar o tratamento de esgoto, essas obras simbolizam o compromisso do Governo de São Paulo com o desenvolvimento integrado e sustentável. Garantir acesso universal ao saneamento básico é garantir saúde pública, equidade social e a preservação dos recursos naturais essenciais para as futuras gerações. São investimentos que refletem a visão estratégica do Estado em promover infraestrutura resiliente, capaz de atender não apenas às demandas imediatas, mas também de fortalecer a resiliência ambiental diante dos desafios climáticos que enfrentamos, sem deixar de lado a preocupação com a dignidade e qualidade de vida a milhares de famílias paulistas", explicou.

Serão implantados, aproximadamente, 47 quilômetros de tubos. Serão diretamente beneficiados os bairros: Anchieta, Baeta Neves, Calux, Centro, Demarchi, Dos Casa, Do Mar, Espacial, Ferrazópolis, Hollywood, Jardim Chácara Inglesa, Jardim Farina, Jardim Palermo, Jardim Petroni, Jardim Yrajá, Jardim Nossa Senhora de Fátima, Montanhão, Mussolini, Parque Terra Nova I, Pauliceia, Planalto, Regina, Residencial Selecta, Rudge Ramos, Santa Terezinha, Santo Antônio, Silvina, Taboão, Terra Nova II, Vila Brasília, Vila Caminho do Mar, Vila Euro, Vila Gonçalves, Vila Iracema, Vila Jerusalém, Vila Marchi, Vila Olga, Vila Sacilotto, Vila Santana, Vila São José, Vila São Savino, Vila Scopel e Vila Vianas.

"Todas essas obras fazem parte do nosso plano maior, que é o da universalização. Queremos que todos os paulistas tenham qualidade de vida, saúde e dignidade", afirma Carlos Piani, CEO da Sabesp.

A Sabesp, por meio do projeto de universalização, vai ampliar o acesso à água potável e ao saneamento básico para a população dos 377 municípios atendidos pela Companhia. Seu compromisso é anteciper em quatro anos as metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento (de 2033 para 2029), proporcionando qualidade de vida, saúde e desenvolvimento sustentável para milhões de pessoas enquanto preserva os recursos naturais para as futuras gerações. Serão investidos mais de R\$ 70 bilhões, conforme anunciado pela Companhia em 2024.

**INTEGRATIETÊ**

A Companhia de Abastecimento participa do IntegraTietê, maior iniciativa de saneamento do Brasil. O programa promove mais qualidade de vida, saúde e desenvolvimento sustentável a milhares de pessoas por meio da revitalização do principal rio paulista ao longo de seus 1.100 km. Dentro do projeto, a Sabesp é responsável pela universalização da coleta e tratamento de esgoto nas cidades onde atua, nas áreas ao redor do Rio Tietê e seus afluentes. Na Capital e Grande São Paulo estão sendo executados 42 conjuntos de obras lineares, que incluem a instalação de novas tubulações, estações de bombeamento e a ampliação de seis Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Com isso, já foram assinados 48 contratos para a primeira fase do programa.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 50ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasil Sistemas de Energia Solar 7 Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 01 de julho de 2025, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário por OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, para atuar na qualidade de agente fiduciário, nos termos da Resolução CVM nº 17, conforme proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, em razão da descontinuação dos serviços atualmente prestados pela H. Commor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (ii) Aprovar a substituição da atual Instituição Custodiante para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (iii) Aprovar a substituição do atual Banco Liquidante para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (iv) Aprovar a substituição do atual Escriturador para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, para atuar na qualidade de agente fiduciário, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [fiduciario@canalsecuritizadora.com.br](mailto:fiduciario@canalsecuritizadora.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI BRASIL 50", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2025

**Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Séries, da 39ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Marcos Augusto Pereira Vale. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 01 de julho de 2025, às 18:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Investidores será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder waiver para não ensejar em um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, (iv) da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira ("CPR-FL"), em razão do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras anuais auditadas dos Avalistas Pessoa Jurídica referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024, conforme previsto na cláusula 10.2, (xx), (a), da CPR-FL; (ii) Conceder waiver para não ensejar em um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, (iii) da CPR-FL, em face do descumprimento da obrigação não pecuniária da Emitente *Alvo Avalista Pessoa Física* de enviar suas respectivas declarações de imposto de renda, cujo prazo findou em 30 de abril de 2025 e de 2024; (iii) Caso aprovado o item (ii) acima, conceder prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados da celebração desta Assembleia, para que a Emitente envie as respectivas declarações, atestando as condições dispostas cláusula 10.2, item (xx), alínea (a) da CPR-FL; (iv) Aprovar a alteração do prazo da entrega de 2025, cujo exercício se encerrará em 30 de abril de 2025; (v) Aprovar a alteração da Cláusula 10.2, item (xx), alínea (b) da CPR-FL, no que dispõe das obrigações adicionais do Emitente e dos Avalistas, que passará a vigorar, caso aprovado, conforme nova redação abaixo: "(x) entregar à Credora e ao Agente Fiduciário: (b) até a data de 30 (trinta) de abril de cada ano-cada-entregando até a Data de Vencimento a cópia integral da declaração, original ou retificada, de imposto de renda do Emitente e da Avalista Pessoa Física. Sendo permitida a prorrogação deste prazo caso haja alguma postergação regulamentada pela União Federal, limitado a 3 (três) meses, conforme legislação aplicável."; (v) Conceder waiver para não ensejar em um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, subitem (i) (e) (xvii) da CPR-FL, em face do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária de apresentar à Credora, com cópia do Agente Fiduciário, as certidões atualizadas das matrículas referentes aos imóveis, conforme previsto na cláusula 10.2, (ii), da CPR-FL; (vi) Conceder waiver para não ensejar em um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, item (ii), da CPR-FL, em face do descumprimento da obrigação não pecuniária da Emitente e dos Avalistas em entregar até a data de 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, a declaração do Emitente e dos Avalistas, conforme previsto na cláusula 10.2, item (xx), alínea (c) da CPR-FL; (vii) Caso aprovado o item (vi) acima, conceder prazo de 60 (sessenta) dias contados da celebração desta Assembleia, para que a Emitente envie as respectivas declarações, atestando as condições dispostas cláusula 10.2, item (xx), alínea (c) da CPR-FL; (viii) Aprovar para que seja celebrado um aditamento ao "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato"), com a finalidade de alterar o Anexo E do Contrato, para incluir dois novos bens, nas Matrículas nº 15.898 e 15.899, que seguirão na forma do Anexo I à Ata, sendo certo que, a referida inclusão não ensejará um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, item (ii), da CPR-FL; (ix) Conceder waiver para não ensejar em um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, item (ii), da CPR-FL, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária do Devedor e a Fiduciante em entregar, quando aplicável, um laudo de avaliação atualizado dos imóveis, conforme disposto na cláusula 2.3.3 do Contrato; (x) Caso aprovado o item (ix) acima, conceder prazo de 60 (sessenta) dias contados da celebração desta Assembleia, para que a Emitente envie o laudo de avaliação atualizado dos imóveis, sendo certo que o referido laudo de avaliação será custeado pela Securitizadora, com recursos do Fundo de Despesas, nos termos da proposta que seguirá anexa à Ata; (xi) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário, nos termos da proposta que seguirá anexa à presente Ata, em razão da descontinuação dos serviços de agente fiduciário prestados pela H. Commor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e (xii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [fiduciario@canalsecuritizadora.com.br](mailto:fiduciario@canalsecuritizadora.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI MAPEVA 39", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização**Nota****EX-LÍDER DO PCC É CONDENADO A 44 ANOS DE PRISÃO COMO MANDANTE DA MORTE DE AGENTE**

A Justiça Federal condenou a 44 anos e oito meses de prisão Roberto Soriano, o 'Tiriciça', sob a acusação de ter sido o mandante do assassinato do agente penitenciário Alex Belarmino de Souza. Ele já ocupou o topo da hierarquia do PCC. A defesa vai recorrer da sentença sob alegação de que 'Tiriciça' foi condenado por seus antecedentes. Após oito dias consecutivos de sessões, encerradas na noite de segunda passada, a sentença foi anunciada. Belarmino foi executado a tiros em setembro de 2016 em Cascavel, no Paraná. Ele foi emboscado quando se dirigia para uma aula de tiro na Penitenciária de Catanduvas, de segurança máxima, no interior do Estado. 'Tiriciça' já está condenado por outro crime, também em Cascavel, o assassinato de Melissa Almeida, psicóloga da prisão de Catanduvas.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 85ª (OCTOGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 1ª e 2ª Séries, da 85ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 85ª (Octogésima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasil Sistemas de Energia Solar 9 LTDA ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 01 de julho de 2025, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de ser realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário por OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, para atuar na qualidade de agente fiduciário, nos termos da Resolução CVM nº 17, conforme proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, em razão da descontinuação dos serviços atualmente prestados pela H. Commor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (ii) Aprovar a substituição da atual Instituição Custodiante para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (iii) Aprovar a substituição do atual Banco Liquidante para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (iv) Aprovar a substituição do atual Escriturador para OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, para atuar na qualidade de agente fiduciário, ficando consignado que os termos, condições e valores previstos na referida proposta são equivalentes aos atualmente praticados; (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [fiduciario@canalsecuritizadora.com.br](mailto:fiduciario@canalsecuritizadora.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI BRASOL 85", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2025

**Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização**PLANO DIRETOR**

## Especialistas debatem impactos da desativação do Minhocão em SP

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O futuro do viaduto Presidente João Goulart, o Minhocão, no centro de São Paulo, e os impactos da desativação do elevado foram debatidos ontem em evento promovido pela Associação Comercial de São Paulo. No Plano Diretor do município, aprovado em 2024, a desativação do Minhocão está prevista para ocorrer até 2029. Segundo a prefeitura de São Paulo, o projeto de desativação do viaduto será realizado em etapas, com a primeira etapa prevista para ocorrer até 2029. Segundo a prefeitura de São Paulo, o projeto de desativação do viaduto será realizado em etapas, com a primeira etapa prevista para ocorrer até 2029. Segundo a prefeitura de São Paulo, o projeto de desativação do viaduto será realizado em etapas, com a primeira etapa prevista para ocorrer até 2029.

O arquiteto urbanista Fernando Chure, ex-secretário de Planejamento e Entregas Prioritárias da Cidade de São Paulo, destacou a necessidade da integração de todas as políticas públicas, todas as áreas do poder público, além da sociedade civil, que também deve opinar sobre o destino do equipamento. Chure é um dos defensores da criação de um parque no local.

"Com algumas medidas, entre elas a demolição parcial, o estreitamento em alguns locais do tabuleiro da laje do Minhocão no sentido de melhorar a iluminação e ventilação, a abertura de vários vãos ao longo da estrutura, é possível requalificar aquele espaço desde que você faça isso tudo de uma vez só", afirmou.

O especialista em mobilidade urbana e ex-conselheiro da Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo (Cidadeapê), Rafael Gândara Calabria, é a favor da total desativação, sem alternativa viária, e com a existência de um parque.

"Quando você cria uma alternativa viária, você estimula a piora do trânsito nas duas vias: na que foi feita e na que foi 'atendida' e também no entorno. Essa lógica de alternativa viária, de construir, alargar faixa, de alargar, que ainda está muito presente, contraria muitas conclusões técnicas que a gente já tem há bastante tempo no Brasil", explicou.

## FAKE NEWS

# Supremo forma maioria para responsabilizar redes sociais

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para responsabilizar as redes sociais por conteúdos ilícitos e ofensivos publicados pelos usuários. Até o momento, seis ministros votaram para declarar, parcial ou totalmente, a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet. Esse dispositivo isenta as empresas de responder civilmente por danos causados por postagens, a não ser que descumpram uma ordem judicial de remoção.

O voto que formou maioria foi

do ministro Gilmar Mendes (foto). Ele defendeu que o artigo 19 está "ultrapassado" e é insuficiente para lidar com os crimes no ambiente digital. "Sem uma intervenção regulatória que altere os incentivos econômicos, iniciativas pontuais de moderação de conteúdo mostrarão estruturalmente insuficientes para mitigar os danos sistêmicos à democracia", afirmou.

O ministro acrescentou: "Da forma como redigido hoje, o Marco Civil da Internet repre-



sentou um véu para a irresponsabilidade das plataformas digitais. Mesmo que sejam informadas da ocorrência de crimes, elas não podem ser responsabilizadas por danos gerados por manter esse conteúdo no ar, a não ser em caso de ordem judicial".

Gilmar se alinhou à corrente que defende a aplicação do artigo 19 somente nas hipóteses de crimes contra a honra e conteúdos jornalístico. Ou seja, nesses casos, a decisão sobre a remo-

ção cabe somente ao Judiciário.

Como regra geral, o ministro defendeu que as plataformas digitais devem remover conteúdos criminosos e ofensivos assim que forem notificadas pelo usuário. "Poderão ser responsabilizadas se permanecerem inertes diante da ciência inequívoca de atos ilícitos", disse Gilmar.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Flávio Dino e Cristiano Zanin também votaram pela inconstitucionalidade parcial do artigo 19. Dias Toffoli e Luiz Fux defenderam a derrubada do dispositivo, e André Mendonça defendeu sua manutenção da forma como funciona hoje.

## FUGA PARA CID

# PF e PGR querem investigar ex-ministro Gilson Machado

MARIA MAGNABOSCO/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu na terça-feira passada, a abertura de inquérito contra o ex-ministro do Turismo Gilson Machado. Ele é suspeito de tentar obter um passaporte português para o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), sair do Brasil. A PGR se manifestou a favor de uma investigação da Polícia Federal (PF) sobre o caso.

Mauro Cid é réu na ação pe-

nal do Supremo Tribunal Federal (STF), que investiga uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

Gilson Machado disse ao Estádio que não recebeu intimação da Polícia Federal nem da Procuradoria e que só ficou sabendo da investigação pela imprensa.

De acordo com a CNN Brasil, o ex-ministro do Turismo de Jair Bolsonaro teria atuado, no dia 12 de maio de 2025, para obter a expedição de um passaporte português no consulado de Portugal no Recife (PE). Além disso, o ex-

ministro promoveu, por meio de seu perfil no Instagram, uma campanha de arrecadação de doações em dinheiro para Bolsonaro, o que também chamou a atenção da Polícia Federal.

Em maio deste ano, Machado afirmou nas redes sociais que o ex-presidente precisa de ajuda para pagar médicos, advogados e enviar dinheiro para o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os Estados Unidos. Essa campanha foi uma espécie de releitura da "vaquinha" de 2023,

que arrecadou mais de R\$ 17 milhões via Pix, segundo o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Eduardo gravou um vídeo agradecendo a campanha, mas recusando a ajuda financeira de Gilson.

O ex-ministro negou as acusações de que estaria ajudando Mauro Cid a sair do país e alegou que só entrou em contato com o consulado português em maio para auxiliar o pai dele, Carlos Eduardo Machado Guimarães, a renovar o passaporte.

## MAPA DA SEGURANÇA

# Brasil teve redução de homicídios em 2024, aponta levantamento

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O Brasil registrou redução de 6,33% do número de homicídios dolosos no ano passado, segundo aponta o Mapa de Segurança Pública divulgado ontem. Em 2024, houve 35.365 vítimas, enquanto que, no ano anterior, o número de pessoas assassinadas foi de 37.754.

O ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça e da Segurança Pública, enfatizou que a queda reafirma que as políticas públicas estão no "caminho certo" para garantir mais segurança à população.

"Também obtivemos reduções importantes nos crimes patrimoniais, como furto e roubo de veículos, roubo de cargas e roubo a instituições financeiras, além da diminuição da violência letal por intervenção de agentes

do Estado em 4,02%", considerou o ministro.

Os latrocínios tiveram queda menos expressiva (de 972 para 956). Segundo avaliou o ministério, essa redução tem relação com a revogação de decretos que facilitavam a posse e o porte de armas de fogo.

Um argumento é que foi criado um sistema mais rigoroso de rastreamento e controle de armamento, com redução de 79% nos registros de armas em 2023 em relação a 2022.

## MAIS FEMINICÍDIOS

Em relação a violência contra mulheres, há situações a serem observadas. Por um lado, houve redução do número de homicídios em 8%. Em 2023, foram 2.655 vítimas enquanto que, no ano seguinte, 2.422.

No entanto, os feminicídios, que são aqueles assassinatos

que ocorrem pela condição da vítima ser mulher (como a violência que ocorre em ambiente doméstico), aumentaram de 1.449 para 1.459, o equivalente a quatro vítimas por dia.

Os estupros também tiveram elevação, de 71.759 (em 2023) para 71.834 vítimas, no ano seguinte. A média é de 196 mulheres violentadas por dia.

## "MAIS INVESTIMENTO"

O ministro Lewandowski alertou para a situação preocupante no país. Ele defende que é necessário investimento em ações que protejam as mulheres.

"Destaco o programa Antes que Aconteça, criado para garantir os recursos a ações de fortalecimento da Rede de Apoio às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, com olhar especial para a prevenção", disse o ministro.

Outra ação do ministério foi o lançamento do Programa Nacional das Salas Lilas, a fim de garantir diretrizes nacionais para fomentar e direcionar o acolhimento e atendimento especializado às mulheres e meninas em situação de violência de gênero nas instituições de segurança pública e de justiça.

## MORTES DE POLICIAIS

Outro número destacado do levantamento foi a redução do número de mortes de agentes de segurança pública. Foi de 6.391 vítimas em 2023 para 6.134 no ano passado.

O governo argumentou que, com o Projeto Nacional de Qualificação de Uso da Força e o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, há ações de aperfeiçoamento para a atuação dos profissionais da segurança pública.

## FORAGIDA

# Alexandre de Moraes oficializa pedido de extradição de Carla Zambelli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem o pedido de extradição da deputada Carla Zambelli (PL-SP) ao governo federal. O documento foi enviado ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Na semana passada, Moraes determinou a prisão da deputada, que fugiu para a Itália para evitar o cumprimento da conde-

nação a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023.

O documento contém a cópia da decisão que condenou a parlamentar, os artigos do Código Penal que fundamentaram a condenação e um resumo para que o governo brasileiro possa solicitar a extradição à Itália.

"A Sra. Carla Zambelli Salgado de Oliveira, de maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas

institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister, com o fim de adulterar informações, sem autorização expressa ou tácita de quem de direito", diz o texto.

Moraes também indicou as garantias que o Brasil vai dar para Carla Zambelli se a Itália autorizar a extradição..

No sábado passado, Moraes

determinou a execução imediata da condenação da deputada Carla Zambelli. A decisão foi tomada após a Primeira Turma do Corte negar, por unanimidade, recurso apresentado pela defesa da parlamentar para anular a condenação.

O hacker Walter Delgatti também foi condenado a 8 anos e 3 meses de prisão no mesmo processo. Segundo as investigações, a invasão eletrônica foi executada por Delgatti e ocorreu a mando de Zambelli.

## Nota

## OPERAÇÃO DA PF NO DF E 11 ESTADOS MIRA REDE QUE FALSIFICAVA DIPLOMAS

A Polícia Federal deflagrou, na manhã de ontem, a Operação Código 451, para desarticular uma organização criminosa especializada na falsificação e comercialização de diplomas de ensino superior. De acordo com a Polícia Federal, estes documentos estariam sendo usados para obter registros em conselhos profissionais e exercer ilegalmente as profissões. O principal suspeito de liderar o esquema foi alvo da operação, além de diversos beneficiários da fraude, que teriam adquirido diplomas falsos em áreas como saúde, engenharia, direito, educação física, entre outras. Ao todo, foram cumpridos 26 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em cidades de outros 11 estados: Durante o cumprimento dos mandados de buscas e apreensão, os agentes da PF também realizaram uma prisão em flagrante no Piauí, ao encontrarem uma arma de fogo adulterada. O artefato era uma arma de pressão e foi transformada em arma de fogo. As investigações tiveram início após a identificação de um diploma falso apresentado para registro profissional. A partir da análise do documento, os policiais descobriram um site fraudulento criado para simular um ambiente oficial de verificação de diplomas universitários. A Polícia Federal apura a atuação de um grupo estruturado, com divisão de tarefas, envolvendo a produção, venda e uso de diplomas e históricos escolares falsificados.

**EDIURO GRÁFICA E EDITORA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE 33.3.0026701-8  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**  
O Conselho de Administração da EDIURO GRÁFICA E EDITORA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), na forma do Art. 7º do Estatuto Social da Companhia, convoca os seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que acontecerá no dia 26/06/25, às 11:00 horas, em formato híbrido, por videoconferência, por meio link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas da Companhia, bem como na sede da Companhia, localizada na Avenida Rio Branco n.º 115, 12º andar (parte), Centro, na Cidade e Estado do RJ, CEP: 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas das sociedades controladas pela Companhia ("Grupo Ediuoro"), relativas ao exercício social findo em 31/12/24; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos da Companhia, se houver. Os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia foram publicados na forma do artigo 133 da Lei 6.404/76, e encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Companhia e mediante solicitação ao endereço eletrônico [juridico@ediouro.com.br](mailto:juridico@ediouro.com.br) e no link <https://diariooacionista.com.br/wp-content/uploads/25/05/23.05.2025-Ediuoro-Gráfica-e-Editora-Participacoes-S.A.-CNPJ-04.160.920-0001-28-BALANCO-2024.pdf>, após a realização da Assembleia Geral Ordinária e a deliberação da matéria, os acionistas assinarão a ata digitalmente via Portal de Assinatura do PROJURIS. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. RJ, 12/06/25.  
**JORGE RODRIGUES CARNEIRO** - Presidente do Conselho de Administração

**CEFET/RJ** GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BRASIL  
UNião e Reconstrução

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 90.015/2025 - UASG 153010**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS CAMPI MARACANÁ, MARIA DA GRAÇA, NOVA IGUAÇU, NOVA FRIBURGO, VALENÇA, ITAGUAÍ E ANGRA DOS REIS DO CEFET/RJ.

**NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.000741/2025-18

**EDITAL:** 12/06/2025 das 8h às 12h e das 13h às 17h59. Endereço: Av. Maracanã nº 229, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90015-2025>

**Entrega das propostas:** a partir de 12/06/2025 às 8h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Abertura das propostas:** 26/06/2025 às 10h30 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Informações gerais:** Em caso de divergência entre as especificações oriundas do código catmat/catser (constantes no portal de compras governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender aos critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2025  
Igor Felipe Boroto Thomaz do Carmo  
Divisão de Licitações

**RNBL I Energética S.A.**  
CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80 - NIRE 33.300.345.698

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/06/2025**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 09/06/2025, às 09:00 horas, na sede social da "Companhia", na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **2. Convocação e Presença:** Foi realizada convocação mediante edital publicado, de forma impressa e digital, no Jornal Diário dos Acionistas nas edições de 30/05/2025, 31/05/2025, e 03/06/2025. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente; Sr. Guilherme Braga Lacerda - Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) distribuição de dividendos apurados pela Companhia; (ii) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; (iii) consignar a renúncia do Sr. Flavio Martins Ribeiro ao respectivo cargo da diretoria; (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Por unanimidade: **5.1.** Aprovar o pagamento de dividendos no valor de **R\$ 14.296.299,84**, constituídos com base nos lucros apurados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31/12/2024, sendo: (i) **R\$ 3.574.074,96**, na forma de antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) **R\$ 10.722.224,88**, a título de dividendos complementares. **5.1.1.** Os dividendos, devem ser pagos aos acionistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia dentro do exercício social em curso. **5.1.2.** A fim de assegurar a integridade do capital social da Companhia, consignar que os dividendos declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2024. **5.1.3.** Os dividendos estabelecidos no item 5.1. acima serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2024. **5.2.** Aprovar a redução de capital social em **R\$ 30.898.334,00**, da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, de **R\$ 399.517.665,00 para R\$ 368.619.331,00**. **5.2.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social da Companhia têm valor nominal, será necessário o cancelamento de **30.898.334** ações, passando, portanto, o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5 - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 368.619.331,00 dividido em 368.619.331 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00.** **5.2.2.** A redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**. **5.3.** Registrar que os valores aprovados nos itens 5.1. e 5.2. acima, serão pagos aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, conforme a seguir demonstrado:

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias	Participação (%)	Distribuição (em R\$)
Power II Fundo de Investimento em Participações	388.410.092	97,2197542	43.938.111,94
Santo Ivo Energética S.A.	11.107.564	2,7802435	1.256.520,88
Luiz Antonio Machado	4	0,0000010	0,45
Amadeu Zamboni Neto	2	0,0000005	0,23
José Clovis Ribeiro Pinto	3	0,0000008	0,34
<b>Total</b>	<b>399.517.665</b>	<b>100%</b>	<b>45.194.633,84</b>

**5.3.1.** Consignar que, os dividendos estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **5.4.** Consignar o recebimento da carta de renúncia ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia, apresentada em 18/02/2025, pelo Sr. **Flavio Martins Ribeiro**, eleito em 30/12/2024. **5.5.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro-RJ, 09/06/2025. **Mesa:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. **Acionistas:** Power II Fundo de Investimento em Participações (p. Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Rodrigo Banco de Albuquerque); Santo Ivo Energética S.A. (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

## MAIS CRIMES

## Câmara do Rio aprova uso de arma de fogo por Guarda Municipal

A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro aprovou, na terça-feira passada, a criação de um grupamento especial na Guarda Municipal que terá permissão para usar arma de fogo. A chamada Divisão de Elite será composta prioritariamente por guardas municipais, mas estará aberta também a ex-militares das forças armadas.

A remuneração prevista é de R\$ 13 mil. Também será permitida a contratação de agentes da nova divisão por tempo determinado de um ano, prazo que poderá ser prorrogado por até cinco vezes. O projeto de lei complementar 13/2025 foi aprovado com 34 votos favoráveis e 14

contrários.

## TEMPO INTEGRAL

Os agentes da divisão de elite poderão portar arma em tempo integral, sem necessidade de acatamento fora do horário de serviço. Os vereadores definiram também que eles deverão utilizar câmeras corporais.

Antes de seguir para a sanção ou veto do prefeito Eduardo Paes, o texto receberá uma redação final. De acordo com a Câmara, a prefeitura do Rio estima que serão necessários, para a reestruturação da Guarda Municipal, R\$ 38,2 milhões no orçamento deste ano, R\$ 215,7 milhões em 2026 e R\$ 463,2 milhões em 2027.

## DEFESA DO CONSUMIDOR

## Polícia apreende três toneladas de 'café fake'

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A polícia civil do Rio de Janeiro apreendeu ontem cerca de três toneladas de café impróprio para o consumo em estabelecimentos comerciais, na zona norte da cidade. Os produtos foram apreendidos por agentes da Delegacia do Consumidor (Decon), após peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli constatarem que as marcas tinham grau de impureza bem acima do permitido.

Uma portaria do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) determina que o teor de impureza no café deve ser de no máximo 1%. Os testes, contudo, apontaram índices superiores a 10% em algumas marcas.

As fiscalizações contaram com apoio do Mapa e ocorreram nos bairros de Irajá, Jardim América, Maracanã e Bonsucesso, todos na zona norte. Foram pericados pacotes das marcas que não passaram no teste de qualidade.

Os responsáveis pelos estabelecimentos foram conduzidos à delegacia para prestar depoimento sobre a origem da compra e os fornecedores do café.

No mês passado, o Ministério da Agricultura e Pecuária desclassificou três marcas de café torrado para consumo humano. A medida foi tomada após análises em laboratório apontarem impurezas e presença de micotoxinas e matérias estranhas nos produtos em níveis superiores aos permitidos pela legislação.

As marcas reprovasas são: *Melissa*, *Pingo Preto* e *Oficial*.

São consideradas matérias estranhas no café: grãos ou sementes de outras espécies vegetais, areia, pedras ou torrões. Já as impurezas são elementos da lavoura, como cascas e paus.

O Ministério orienta que consumidores que tenham adquirido os produtos listados deixem de consumi-los imediatamente. O consumidor pode solicitar a substituição do produto

## AGRONEGÓCIO

## RJ impulsiona vendas no Dia dos Namorados

O Governo do Rio tem papel fundamental na valorização do agronegócio fluminense, especialmente em datas comemorativas como o Dia dos Namorados, celebrado hoje. Por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o governo fomenta a cadeia produtiva rural com programas que garantem qualidade e diversidade de produtos típicos da ocasião, como flores, vinhos, queijos e chocolates.

"O agronegócio é um dos pilares da economia fluminense e estamos comprometidos em apoiar o produtor rural com políticas públicas que gerem desenvolvimento, renda e oportunidades. O Dia dos Namorados é mais uma chance de aproximar o campo do consumidor final, com produtos que simbolizam afeto e qualidade", afirmou o governador Cláudio Castro.

Segundo o secretário de Agricultura, Dr. Flavio Ferreira, há uma forte conexão entre a data e os produtos do campo:

- Queijos, vinhos, flores e chocolates são tradicionalmente usados para demonstrar carinho. O agro fluminense oferece uma variedade de produtos premiados e de excelência, que são ótimas opções para presentear com amor e qualidade.

As flores seguem como o presente mais buscado pelos apaixonados. De acordo com a Emater-Rio, a expectativa de aumento nas vendas no setor da floricultura está entre 10% e 15%. As variedades mais procuradas para a ocasião são rosas vermelhas, orquídeas, crisântemos, margaridas e lírios. O Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar no ranking nacional de produção de flores de corte, com cerca de 901 produtores e uma área cultivada de 1.600 hectares. O Dia dos Namorados é a segunda data mais importante em vendas de flores, atrás apenas do Dia das Mães.

A clássica combinação de queijos e vinhos também ganha destaque. O casal Gilmar Carino e Claudia Helena, produtores artesanais de queijos no Sítio Boa Fé, em Santa Maria Madalena, atuam há 33 anos na área. Produzem queijos curado, frescal e frescal temperado, com apoio do programa Agroprofundo.

- Nesta época do ano, o mercado fica bastante aquecido. O Agroprofundo foi fundamental para o crescimento da nossa agroindústria. Produzimos cerca de 36 mil quilos de queijo por ano e, com o apoio dos programas Prosperar, Rio Genética e Rio Leite, adquirimos equipamentos para desenvolver queijos de qualidade.

## PUNIÇÃO

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Os advogados que fazem a defesa do ativista brasileiro Thiago Ávila, em Israel, informaram que ele foi colocado em confinamento solitário e transferido para outra prisão separada dos demais ativistas presos. A organização de direitos humanos Adalah, que faz a defesa dos detidos, informou que Thiago foi punido com a solitária por ter iniciado uma greve de fome pela sua libertação.

"(A defesa) informa que Israel ameaçou deixá-lo na solitária por 7 dias em uma cela escura, pequena, sem ar e sem acesso a ninguém", diz comunicado da Flotilha da Liberdade Brasil, entidade organizou a missão humanitária para a Faixa de Gaza. O caso é considerado crime de guerra pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.

A defesa sustenta que eles não cometeram qualquer crime e que foram sequestrados por Israel já que a interceptação do barco que levava alimentos e remédios a Gaza ocorreu em águas internacionais. Os advogados da Adalah pedem a libertação imediata de todos os oito ativistas e solicita o fim das ações de retaliação.

"Thiago Ávila foi colocado em isolamento na prisão de Ayalon por causa de sua greve de fome e sede, que começou há dois dias. Ele também tem sido tratado agressivamente pelas autoridades prisionais, apesar de que não tenha escalado para uma agressão física", diz informe da coalizão que tentou furar o bloqueio de Israel contra Gaza.

Na manhã de ontem, o Judiciário israelense decidiu deportar o brasileiro em prazo que vence hoje. Porém, não foi definido qualquer horário para deportação.

"Há informações conflitantes. Eles estão dizendo que ele partirá no próximo voo e depois marcando uma audiência para julho. Então, estou muito nervosa e não sei bem o que está acontecendo", lamentou em

uma rede social.

O brasileiro e outros 11 ativistas foram presos pela Marinha israelense enquanto tentavam desembarcar na Faixa de Gaza, que há mais de três meses sofre com um bloqueio israelense que impõe fome a quase 2 milhões de palestinos.

Outra ativista, a euro-deputada franco-palestina Rima Hassan também teria sido colocada em solitária após escrever "Palestina Livre" na parede da cela. Porém, posteriormente, a Flotilha informou que ela retornou para prisão de Givon, onde estão os demais ativistas presos. Já Thiago permanece na solitária.

"O ato de isolamento e transferência para diferentes prisões constituem uma séria violação dos direitos dos voluntários e uma tentativa clara de exercer a eles uma pressão mental e política", diz a organização Flotilha da Liberdade.

A Agência Brasil entrou em contato com a Embaixada de Israel no Brasil para que se manifestasse sobre a transferência de Thiago para uma solitária. Porém, a assessoria da embaixada informou que não comentaria o assunto.

Em nota, se limitou a dizer que o brasileiro está sob custódia das autoridades israelenses. "Diante do fato de que ele se recusou a assinar uma deportação voluntária, ele precisa passar por um processo legal que permitirá isso", informou a representação de Tel Aviv no Brasil.

Na noite de terça-feira, o Itamaraty publicou nota condenando a prisão do brasileiro, informando que acompanha o caso e exigindo a libertação dos presos. Segundo o MRE, a prisão em águas internacionais é uma "flagrante transgressão ao direito internacional". "O Brasil clama pela libertação de seu nacional e insta Israel a zelar pelo seu bem-estar e saúde", destaca o texto.

## DEPORTAÇÃO

Thiago não foi deportado imediatamente, como a ambientalista sueca Greta Thun-

berg, por ter se negado a assinar documento em que reconheceria que cometeu um crime de tentar entrar em Israel sem autorização. Segundo a Flotilha, o grupo concordou que Greta e outros presos assinassem o documento para que, voltando a seus países, pudessem denunciar a situação.

Um dos ativistas libertados, o jornalista da Al Jazeera Omar Faiad, informou, após ser deportado para Paris, que policiais israelenses ameaçaram a parlamentar Rima Hassan caso não assinasse a deportação.

## CRIME DE GUERRA

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) publicou nota em que classifica a interceptação do navio Madeleine, da Flotilha da Liberdade, por Israel como um crime de guerra e pede ao governo brasileiro a suspensão das relações diplomáticas e comerciais com Tel Aviv.

"O CNDH entende que a interceptação de embarcação civil com finalidade exclusivamente humanitária, em águas internacionais, configura grave violação aos tratados internacionais ratificados pelo Estado de Israel, além de significar um crime de guerra em mais um episódio de impedimento à ajuda às vítimas de uma crise humanitária sem precedentes", disse o conselho.

## ISRAEL

O governo israelense divulgou fotos dos ativistas Thiago Ávila e Greta Thunberg ironizando o barco dos ativistas como "Iate Selfie", e acrescentando que a pequena quantidade de alimentos será enviada à Gaza por "canais humanitários reais".

"Mais de 1.200 caminhões de ajuda humanitária entraram em Gaza vindos de Israel nas últimas duas semanas, e cerca de 11 milhões de refeições foram transferidas pelo GHF (Fundação Humanitária de Gaza) diretamente para civis em Gaza. Há maneiras de entregar ajuda à Faixa de Gaza — elas não envolvem provocações e selfies", co-

mentou o Ministério das Relações Exteriores de Israel, em uma rede social.

## FOME EM GAZA

A Organização das Nações Unidas (ONU) denuncia que Israel bloqueia a entrada de 6 mil caminhões com ajuda humanitária na fronteira com o Egito e condena a forma de distribuição de alimentos pela GHF, marcada por massacres contra aqueles que buscam alimentos nos centros da organização.

"Dia após dia, vítimas e dezenas de feridos são relatados em pontos de distribuição operados por empresas de segurança israelenses e privadas", informou o diretor-geral da Agência da ONU para Refugiados Palestinos (UNRWA), Philippe Lazzarini.

Após limitar a entrada de ajuda humanitária em Gaza desde o dia 7 de outubro de 2023, o governo de Israel bloqueou completamente a entrada de medicamentos ou alimentos no dia 2 de março de 2025. Após forte pressão internacional, a entrega de ajuda humanitária foi retomada por meio de uma organização dos Estados Unidos (EUA) apoiada por Israel, a GHF.

A ONU afirma que a forma de distribuição e alimentos é desumana e a quantidade, insuficiente.

"Nossos armazéns fora de Gaza estão lotados com um volume de assistência equivalente a 6.000 caminhões. Deixar a comida apodrecer e os remédios expirarem deliberadamente seria simplesmente obsceno", completou Lazzarini.

## MARCHA GLOBAL

Segundo o exemplo da Flotilha da Liberdade, milhares de ativistas de 51 países se articulam para uma marcha no Egito até a fronteira com Rafah, cidade ao sul de Gaza. Caravanas de países do Norte da África, da Turquia, e de todos os continentes esperam fazer uma marcha de três dias até Gaza para denunciar o cerco imposto por Israel à entrada de ajuda humanitária no território.

## GOVERNO GENOCIDA

## Oficiais acusam Netanyahu de ordens ilegais e de condenar reféns à morte

O governo do genocida Binyamin Netanyahu está emitindo ordens "ilegais" que não devem ser obedecidas, segundo um grupo de oficiais da inteligência militar de Israel, que anunciou que não iria mais participar das operações israelenses na Faixa de Gaza em uma carta divulgada na terça-feira passada.

O documento foi assinado por 41 oficiais e reservistas e enviado a Netanyahu e ao ministro da Defesa, Israel Katz. Os militares afirmaram que o governo israelense estava travando uma "guerra eterna e desnecessária em Gaza".

A carta do grupo de israelenses aponta que eles se recusam a participar de um conflito que está destinado a "preservar o governo de Netanyahu" e a manter "elementos antidemocráticos

em seu governo".

Os oficiais que assinaram o documento não foram identificados, mas eles são membros do comitê de inteligência das Forças de Defesa de Israel (FDI), que desempenhou um papel na seleção de alvos para bombardeios em Gaza.

O grupo também disse que o governo de Netanyahu deu uma "sentença de morte" aos reféns israelenses que seguem em Gaza quando optou por quebrar o acordo de cessar-fogo com o grupo terrorista Hamas em março.

Segundo a carta, muitos sequestrados foram mortos por bombardeios do Exército de Israel. 55 reféns israelenses seguem em Gaza, mas apenas 20 são considerados vivos.

A guerra na Faixa de Gaza já deixou mais de 55 mil mortos,

segundo o ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo Hamas e não diferencia civis combatentes. O conflito começou no dia 7 de outubro de 2023 após ataques terroristas do Hamas no sul de Israel, que deixaram 1,2 mil mortos e 250 sequestrados.

## OCUPAÇÃO DE GAZA

A divulgação da carta ocorre um mês depois do gabinete de segurança aprovar um plano para convocar mais reservistas do Exército israelense e aumentar o controle militar de Gaza.

De acordo com o documento, Israel forçaria o deslocamento dos 2 milhões de palestinos que vivem no território para uma zona humanitária no sul de Gaza, perto da fronteira com o Egito. O resto do território seria ocupado

por Israel para a destruição de toda a infraestrutura militar e túneis do Hamas.

A crise humanitária em Gaza tem chocado cada vez mais a comunidade internacional. Um relatório da Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC), agência apoiada pela ONU, divulgou no começo de maio que a população inteira do território palestino corre "risco crítico" de fome e enfrenta "níveis extremos de segurança alimentar".

Após o fim do cessar-fogo, em março, o governo israelense bloqueou a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, alegando que se tratava de uma estratégia para pressionar o Hamas a libertar os reféns, mas voltou a entrar e voltou a permitir a ajuda em maio.

## REINO UNIDO

## Autoridade faz alerta sobre 'tensões crescentes'

ANDRÉ MARINHO/AE

A Autoridade Marítima de Operações Comerciais do Reino Unido (UKMTO, na sigla em inglês) emitiu um alerta ontem, sobre "tensões crescentes" no Oriente Médio que podem levar

a uma "escalada de atividades militares" com impacto direto na navegação.

"Os navios são aconselhados a transitar pelo Golfo Pérsico, Golfo de Omã e Estreito de Ormuz com cautela e devem relatar incidentes ou atividades sus-

peitas ao UKMTO", adverte a agência britânica.

O alerta não especifica quais tipos de ameaças militares pairam na região, mas acontece em meio a negociações nucleares entre EUA e Irã. Ontem, o ministro de Defesa iraniano,

Aziz Nasirzadeh, ameaçou atacar bases americanas se um eventual fracasso das discussões levar a um conflito entre as duas partes. O presidente dos EUA, Donald Trump, já disse estar "menos confiante" num acordo.